

EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E PRÁTICAS EDUCATIVAS COM COMUNIDADE(S): DESAFIOS E POSSIBILIDADES¹

João Paulo de Oliveira (1); Conceição Leal da Costa (2)

(1) Servidor Ms. do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN (joao.oliveira@ifrn.edu.br)

(2) Profa. Dra. da Universidade de Évora (mclc@uevora.pt)

Resumo: Assumimos que a Extensão é uma prática educativa que sempre esteve imbricada às universidades. Mas, em virtude da sua incorporação à educação profissional e tecnológica (Lei 11.892/2008) ela passou a ter a mesma representatividade nos Institutos Federais. Entretanto, a extensão no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, apresenta algumas especificidades fazendo-se necessário compreender o seu significado, os desafios educacionais que lança e também suas possibilidades de implementação. Neste texto partilhamos resultados parciais de um Estudo de Caso neste âmbito, o qual realizamos no âmbito da Tese de Doutorado em Ciências da Educação (Universidade de Évora, Portugal), e ainda em desenvolvimento. Assim, os objetivos desse artigo são discutir e refletir sobre a extensão como prática educativa que se desenvolve por meio da interação com as comunidades, ou seja, um enfoque da nossa pesquisa. Para tanto, embasamos a nossa partilha fazendo ressaltar alguns autores, como é o caso de Freire (2015), Sousa (2001), Tavares (2001), Silva (2001), Cover (2014), Pacheco (2011), Xavier et al (2013), Galli et al (2013) ou Demo (2001). A análise documental mostra que a extensão apresenta diferentes perspectivas de compreensão (assistencialista, prestação de serviços e princípio educativo) e que o assistencialismo se acentua na educação profissional e tecnológica em virtude da construção histórica da Rede Federal como instituição de amparo aos menos favorecidos. Mas, os Fóruns de Extensão relacionados à Rede Federal apontam para uma construção da extensão como uma prática educativa que se constrói por meio da interação com a comunidade externa. O nosso estudo vai apontando possibilidades para isso acontecer e mostra que podem ser programas e projetos realizados em contexto real e comunitário. No entanto, é preciso não dissociar a extensão como princípio educativo das dimensões do ensino e da pesquisa, para esbater tradicionais preponderâncias e fragmentações de saberes, o que parece conseguir-se com sucesso se existir participação e cooperação.

Palavras-chave: extensão; educação profissional e tecnológica; prática educativa; comunidade.

1 INTRODUÇÃO

A extensão é uma prática implementada inicialmente nas universidades com o objetivo de levar conhecimento à comunidade externa por meio de atividades que buscavam envolver docentes e discentes. Ao longo do tempo, a perspectiva de transmissão de conhecimentos tem migrado para a ideia de construção de conhecimentos entre estudantes extensionistas e comunidade externa, ou seja, a extensão tende a ser compreendida como uma prática educativa que se desenvolve por meio da interação com a comunidade externa em um processo dialógico de troca de conhecimentos. Entretanto, essa visão ainda é incipiente, visto que as perspectivas assistencialista e de prestação de serviços conduziram, durante décadas, as políticas extensionistas.

¹ Esse texto faz parte dos estudos em desenvolvendo no Programa de Doutorado em Ciências da Educação da Univeridade de Évora (Portugal) podendo o mesmo estar parcial ou totalmente no *corpus* da tese.

A extensão, compreendida apenas como um ato de transferência de conhecimento perde seu sentido enquanto ato educativo, pois os participantes da comunidade externa passam a ser compartimentos para o depósito de informações, como se fossem seres inanimados, passivos e inertes às ações desenvolvidas.

Dessa forma, faz-se necessário compreender o significado da extensão como uma prática educativa, suas possibilidades e os desafios de sua implementação no âmbito da educação profissional e tecnológica. O sentido atribuído à extensão como prática educativa precisa ser consolidado para superarmos a perspectiva de educação bancária e construirmos uma visão que compreende a relação instituição-sociedade como um processo de construção recíproca do conhecimento. Compreendida dessa forma, a extensão conduz ao desenvolvimento de processos educativos que contribuem com a formação dos educandos e, ao mesmo tempo, dos participantes das ações de extensão.

Assim, o objetivo desse artigo é discutir e refletir sobre a extensão como prática educativa que se desenvolve por meio da interação com as comunidades e que é capaz de se integrar com a sociedade a partir da produção do conhecimento gerado pela pesquisa e a extensão. Discutir os desafios da extensão como prática educativa é, portanto, compreender que a educação não se desenvolve apenas nos bancos escolares, mas também por meio das relações sociais que se estabelecem com os segmentos sociais. Com isso, a comunidade externa, deixa de ser pensada como um espaço para consumo do conhecimento produzido pela instituição escolar e passa a ser um local para a produção de conhecimento por meio de uma relação dialógica entre educandos e sociedade.

2 METODOLOGIA

A metodologia de um trabalho científico é o caminho que percorremos ao longo de uma pesquisa para que se possa atingir determinados objetivos. Nesse sentido, dispomos de quatro possibilidades que podem ser desenvolvidas separadamente ou de maneira integrada: pesquisa teórica, metodológica, empírica ou prática (Demo, 1995). A pesquisa teórica consiste na realização de estudos dedicados a compreender, estudar e elaborar teorias sobre determinado tema. Para tanto, o método consiste no levantamento bibliográfico em bases de dados reconhecidas pela comunidade científica, bem como de textos de autores da área. Dessa forma, a nossa pesquisa é de natureza teórica, uma vez que o objetivo desse artigo é discutir e refletir sobre a extensão como prática educativa na educação profissional e tecnológica. Esse estudo é o resultado parcial da tese que está em

desenvolvimento no âmbito do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Évora (Portugal). Para este artigo, buscamos conduzir a discussão a partir do pensamento de Freire (2015), Sousa (2001), Tavares (2001), Silva (2001), Cover (2014), Pacheco (2011), Xavier et al (2013), Galli et al (2013) e Demo (2001).

3 EXTENSÃO COMO PRÁTICA EDUCATIVA EM COMUNIDADES: POSSIBILIDADES E DESAFIOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

A gênese da extensão passa por uma compreensão que a associava ao assistencialismo ou à prestação de serviços e se incorporou à história das universidades ao longo do tempo como um instrumento de potencialização das ações universitárias. A extensão coloca o educando em contato direto com a sociedade, o que faz dessa atividade pedagógica um meio prático para a constituição da educação para a cidadania e de transformação da realidade. Entretanto, o seu conceito tem transitado por diferentes entendimentos no meio acadêmico, o que reforça a necessidade de compreender os seus sentidos e princípios no contexto da educação profissional e tecnológica. Tendo em vista o fato da extensão está imbricada às universidades, a literatura que versa sobre o assunto apresenta-a de forma associada ao mundo universitário, mas o conceito e os princípios da extensão, considerando-se algumas distinções e peculiaridades, tem a mesma representatividade para a educação profissional e tecnológica de nível médio.

Os sentidos semânticos atribuídos, historicamente, à extensão (alcance, ampliação, estender uma ação) explicam o significado que lhe foi dado pela educação ao longo do tempo. A universidade, partindo da semântica da extensão passou a desenvolver processos, ações e atividades que deveriam *estender* o conhecimento produzido à comunidade, construindo uma relação de comunicação em um único sentido. Dessa forma, Freire (2015) questiona a acepção do termo extensão pela universidade, por compreender que ele não contemplava a dimensão que deveria comportar dentro dos processos educativos. Como se sabe a educação é um processo que envolve estritamente relações humanas e como tal é preciso considerar as diferentes maneiras de dialogar para que se possa desenvolver novas possibilidades de aprendizado. A extensão, compreendida apenas como um ato de transferência de conhecimento perde seu sentido enquanto ato educativo, pois “[...] o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na

problematização crítica dessas relações”. (FREIRE, 2015, p. 42-3).

Dessa forma, não dá para comportar dentro de um processo educativo apenas a perspectiva de estender um conhecimento, de depositá-lo como se a outra parte envolvida fosse um ser inanimado, passivo e inerte às ações desenvolvidas. Essa dinâmica desconsidera o homem como um ser que pensa, age e reflete sobre seus pensamentos e ações, criando uma relação antidialógica e, portanto, sem compatibilidade com a educação. (FREIRE, 2015). O diálogo é próprio do ser humano e por meio dele é possível travar relações que podem conduzir a um percurso multidirecional de troca de conhecimentos envolvendo todos os sujeitos participantes do processo de aprendizagem. Segundo Freire (2015, p. 65), o diálogo “[...] é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta [...] para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la”. A extensão em uma perspectiva dialógica deve, portanto, manter uma relação de igualdade entre os extensionistas vinculados a uma instituição de educação formal e os membros da comunidade externa que participam da atividade ou projeto de extensão. O diálogo e a problematização conscientizam e podem desenvolver uma postura crítica da qual resulta a percepção de que é possível contribuir com a transformação da realidade (FREIRE, 2015).

Freire (2015) defende que o diálogo caracteriza a comunicação e que a educação é um ato de comunicação e diálogo e, portanto, não pode se dá por meio da transferência de saberes. Nesse sentido, sustenta que o termo extensão não denota o fazer educativo e que este está melhor contemplado no termo comunicação. Entretanto, compreendemos que uma mudança de terminologia para expressar a relação entre instituição escolar e comunidade não surtiria efeito algum se a *práxis* continuar a mesma e a visão de que a escola é a detentora da produção do conhecimento não for rompida e estabelecida uma relação dialógica de aprendizagem entre extensionistas e comunidade. O que precisamos consolidar é o sentido que atribuímos à extensão, pois ao mudá-lo superamos a perspectiva de educação bancária e migramos para uma visão que compreende a relação instituição-sociedade como um processo de construção recíproca do conhecimento. Compreendida dessa forma, a extensão conduz ao desenvolvimento de processos educativos que contribuem com a formação dos educandos e, ao mesmo tempo, dos participantes das ações de extensão. A partir do momento em que o educando se confronta e conhece realidades específicas, inicia-se, mesmo que de maneira intrínseca, um processo de produção de conhecimento. Instigado à reflexão sobre a realidade que lhe é apresentada, o educando coloca-se em posição de agente de transformação e internaliza o interesse de participar ou de desenvolver outras

ações que possam contribuir com a mudança de realidade da comunidade.

Assim, mesmo que a extensão continue a figurar-se com um mero ato de estender na visão dos que a desconhecem ou não a praticam, o que importa do ponto de vista da transformação pela educação é a maneira como ela é compreendida e desenvolvida pelos entes envolvidos (educandos, professores, comunidade e gestores). Desse modo, podemos observar que, diante do seu processo de construção, da polissemia do termo e da diversidade de entendimentos, a extensão passou por significativos avanços em sua conceituação até chegar à contemporaneidade. Em 1987, quando da realização do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, foi apresentado o conceito de extensão com uma dimensão ampla e que o fortaleceu como sendo um instrumento de promoção da educação para a cidadania dos educandos. Segundo o FORPROEX (1987):

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

A extensão é considerada um processo educativo e não uma prática assistencialista ou um mecanismo de prestação de serviços que deve ser desenvolvido de maneira integrada ao ensino e à pesquisa. Esse processo educativo desenvolve-se a partir de uma relação dialógica, conforme defendido por Freire (2015), entre a instituição educacional e a sociedade, de maneira a criar um fluxo que possibilita a troca de conhecimentos e proporciona aos docentes e discentes novos aprendizados que não seriam plenamente alcançados apenas nos intramuros da instituição. Ao inserir o educando no contexto da realidade de uma comunidade, a extensão leva-o à problematização sobre o seu papel no mundo e à reflexão sobre como agir com os demais diante da situação sobre a qual foi confrontado.

Em 2012, o FORPROEX estabeleceu a Política Nacional de Extensão Universitária e o conceito de extensão é apresentado como “[...] um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. (MIRANDA & NOGUEIRA, 2012, p. 15). O documento explica que:

Assim definida, a Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Extensão Universitária denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida [...] de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa [...]. (MIRANDA & NOGUEIRA, 2012, p. 15-16).

O conceito de extensão apresentado por Miranda & Nogueira (20012) a partir do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) aponta para uma amplitude que reforça a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, mas ao mesmo tempo permite uma abertura para que tudo que não é categorizado como ensino ou pesquisa seja denominado de extensão. A extensão pode ser entendida como uma prática acadêmica que visa integrar-se com a sociedade a partir da produção do conhecimento gerado pelo ensino e a pesquisa. Essa produção não se dá apenas nos bancos escolares, mas por meio das diferentes relações que se estabelecem com os segmentos sociais, ou seja, a comunidade não é um setor social que vai apenas consumir ou usufruir dos conhecimentos produzidos pela instituição escolar, mas ao contrário, vai tornar esse conhecimento um ponto de partida para a construção de uma relação dialógica entre educandos e público das ações de extensão.

A extensão não é um trabalho social e nem tampouco deve ser compreendida como uma maneira de substituição das responsabilidades sociais inerentes ao Estado. A extensão deve servir à transformação social de todas as partes envolvidas a partir da realidade objetiva onde os conhecimentos foram construídos e reconstruídos. Nesse movimento dinâmico que envolve o ensino e a pesquisa, situa-se o processo de desenvolvimento, construção e organização da educação para a cidadania dos educandos. Corroborando com essa visão, Tavares (2001) reitera que a extensão como uma ação articulada ao ensino e à pesquisa, incentiva a criação e recriação de conhecimentos que estimulam e fortalecem a pesquisa, além de possibilitar novas práticas interdisciplinares de ensino, pautadas em um novo conceito de sala de aula que considera outros espaços para a realização do processo histórico-social.

O entendimento sobre a concepção de extensão não é unânime e encontra-se em discussão, tendo em vista os diferentes caminhos que ela assumiu ao longo do tempo. Ao discorrer sobre essa temática, Silva (2001) nos apresenta três enfoques principais que estão presentes nas diferentes concepções de extensão:

Concepção tradicional (ou funcionalista): compreendida como uma atividade específica autônoma que, desarticulada com o ensino e a pesquisa, deve atender às carências

da população, assumindo assim, um caráter assistencialista e reduzindo-se à realização de ações esporádicas e secundárias. *Concepção processual*: responsável por reforçar o compromisso social da instituição assumindo, do ponto de vista estrutural, a mesma relevância do ensino e da pesquisa. *Concepção crítica*: compreende a extensão como uma atividade intrinsecamente ligada ao ensino e à pesquisa como matéria de currículo. Essa conceituação preconiza que o ensino e a pesquisa assumam o compromisso de produção e transmissão do conhecimento contextualizado e comprometido com a realidade

A divisão de Silva (2001) nos mostra diferentes concepções de extensão, mas o elemento comum às essas três concepções é o vínculo com a sociedade, que se torna característica *sine qua non* da extensão. Em todas as hipóteses o educando insere-se em uma realidade com o objetivo de contribuir com seu desenvolvimento. Em virtude do seu estreito contato com a sociedade, associa suas ações ao resgate da cidadania dos setores populares, mas compreendida como um movimento dialógico, uma via de mão dupla na construção do conhecimento, podemos afirmar que, o desenvolvimento de ações de extensão contribui também com a construção da educação para a cidadania dos educandos participantes. Na opinião de Sousa (2001), a extensão é um instrumento de interação para a efetivação do compromisso social que a instituição tem com o seu meio, a partir da integração das práticas acadêmicas do ensino e da pesquisa. Essa visão se aproxima, portanto, do conceito de extensão com enfoque processual, apresentado por Tavares (2001) e reforça o papel histórico da extensão que é a aproximação com a sociedade.

Sousa (2001) reforça ainda que o ponto de partida para construção do conhecimento se dá a partir das relações que os homens desenvolvem nos diferentes ambientes sociais e, dessa forma, as instituições formadoras não devem ignorar o ambiente externo à instituição, pois ele também contribui para a formação dos educandos. Isso significa que, atuando sobre a mudança de determinadas circunstâncias, o sujeito também pode ser transformado por estas mesmas circunstâncias (SOUSA, 2001), ou seja, à medida que ele transforma também é transformado. As visões de mundo, as histórias de vida e o conhecimento empírico dos sujeitos participantes das ações de extensão se interligam à identidade dos educandos e proporcionam uma forma de aprendizado que não seria possível apenas pelo ensino e a pesquisa. Assim, a extensão assume uma função que a torna um elemento de extrema relevância na formação humana integral dos estudantes do ensino médio integrado. Entretanto, não deve ficar restrita apenas aos setores necessitados, pois assim irá perpetuar seu cunho assistencialista e não deve apenas deter-se à prestação de

serviços por meio de convênios institucionais, mas sim ser institucionalizada como um processo acadêmico que atende a todos os segmentos da sociedade.

Essa visão se justifica, especialmente, em virtude das constantes mudanças ocorridas em termos sociais, econômicos, políticos e tecnológicos que presenciamos no início do século XXI no Brasil e no mundo. A instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se inserem nesse contexto de transformações e conquistas sociais perpetrados pelos governos brasileiros no período de 2003 a 2016. Nesse contexto, a extensão assume um papel de destaque, mas para compreender a sua função e relevância dentro da educação profissional e tecnológica, bem como a sua diferença em relação à universidade, precisamos considerar a constituição dos Institutos Federais.

Uma instituição educacional é parte da sociedade e como tal deve estar aberta à comunidade a fim de construir uma relação articulada por meio do diálogo e do envolvimento de todos. Como sabemos a universidade é um aparelho da ideologia dominante e, historicamente, assumiu um caráter elitista o que, possivelmente, fez com que a extensão não tenha avançado e se consolidado em termos práticos e conceituais. A abertura da universidade à sociedade em geral foi fruto de um processo que podemos dividir em dois momentos: necessidade de aproximação com a comunidade no caso da universidade europeia e luta dos estudantes universitários para alteração da relação com a sociedade, no contexto da América Latina. Em ambos os casos, a universidade foi forçada a se envolver de maneira mais significativa com as questões do dia a dia e extrapolar os muros da *torre de marfim* a fim de se fazer presente junto à comunidade.

Em contrapartida, os Institutos Federais nasceram como uma instituição social comprometida com todos e não exclusivamente com os setores dominantes na perspectiva de formar “[...] cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível.” (PACHECO, 2011, p. 29). Cover (2014) relembra ainda que, ao contrário das universidades, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, além de oferecerem cursos superiores, por lei, devem garantir que cinquenta por cento das vagas sejam ocupadas pelos alunos do ensino fundamental em cursos integrados de nível médio. Com isso, temos um público jovem que inicia seus estudos no ensino médio e que estão regidos pelo tripé ensino, pesquisa e extensão (COVER, 2014). Nesse cenário, o projeto político-pedagógico tem o desafio de formar sujeitos

integralmente, capazes de atuarem profissionalmente e de se compreenderem como cidadãos capazes de transformar a sociedade onde estão inseridos. Tal perspectiva se coaduna com a visão de Freire (1996), ao afirmar que uma das tarefas mais relevantes da prática educativo-crítica é fazer com que os educandos, a partir das relações com os outros, possam desenvolver experiências que lhes possibilitem assumir-se como um ser social e histórico capaz de criar, transformar e de se reconhecer como agente de transformação. Os Institutos Federais, que integram a Educação Profissional e Tecnológica, podem propiciar essa formação, com vistas à educação para a cidadania durante o ensino médio, mediada pela extensão, que necessariamente, pressupõe a realização de práticas interacionistas na comunidade para que haja a partilha e a construção de novos saberes.

Assim, ao visar a formação de profissionais cidadãos, os Institutos despontaram com um projeto educacional construído com a participação da sociedade nos diferentes momentos de implantação e, portanto, aberto às demandas sociais. Pacheco (2011), reforça que para garantir a sintonia com as potencialidades regionais e locais, os cursos a serem criados e ofertados pelos Institutos Federais devem ser estabelecidos a partir de audiências públicas e em contraste com as opiniões das diferentes representações da sociedade. Além disso, comparando-se o quantitativo (quadro 01) de *Campi* das universidades e o número de municípios atendidos, observamos que a estrutura *multicampi* dos Institutos Federais permite uma maior capilaridade na sociedade, o que é muito positivo, especialmente se considerarmos a dimensão continental do Brasil. Essa capilaridade atribuiu à extensão uma significativa responsabilidade com a dinâmica da função social dos Institutos Federais, bem como ao processo de formação dos educandos.

Instituições	Nº de instituições	Nº de Campi	Nº de Municípios atendidos
Institutos Federais (Ano referência: 2016)	40	644	568
Universidades Federais (Ano referência: 2014)	63	321	289

Quadro 01: relação entre o quantitativo de Institutos e Universidades Federais em municípios brasileiros
Fonte: elaborado a partir de: www.mec.gov.br

Diante desse caráter assumido pelos Institutos Federais, é importante ressaltar que a aproximação com a comunidade não se faz apenas por meio da implantação física e oferta de cursos regulares nos *Campi* dos Institutos, mas sobremaneira pela inserção contínua das atividades de extensão na prática acadêmica da Instituição. Segundo Xavier et al. (2013, p.13), “por meio da extensão, os Institutos poderão proceder à

difusão, à socialização e à democratização do conhecimento produzido e existente nos mesmos”. Isso implica que a extensão deve se tornar uma prática integrante da educação profissional e tecnológica, uma vez que essa foi reestruturada com um caráter transformador para o desenvolvimento humano e social.

Nesse sentido, a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, determinou que um dos objetivos dos Institutos é: “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”. (BRASIL, 2008). O objetivo prevê que a extensão deve considerar as finalidades da educação profissional e tecnológica, atribuindo-lhe um papel amplo que contempla a articulação dos arranjos produtivos, segmentos sociais e produção/difusão de conhecimentos. Assim, o dispositivo legal, abre caminho para que a extensão possa assumir diversas facetas, desde a sua perspectiva assistencialista e prestação de serviços, à sua compreensão como uma prática educativa. Dentre essas hipóteses, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 apresentou o conceito de extensão tecnológica como uma “atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado.” (Art. 2º, inciso XII, Lei nº 13.243, de 11/01/2016).

Essa concepção apresentada nos traz uma diretriz de extensão restrita à prestação de serviços e que visa fornecer subsídios para o atendimento às demandas de mercado. Assim, para que possamos consolidar os princípios da educação profissional e tecnológica, precisamos compreender a extensão como uma prática educativa que, integrada ao ensino e à pesquisa, fortalece a educação para a cidadania dos educandos e se torna um paradigma de produção de conhecimentos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT. Corroborando com essa ideia, Xavier et al. (2013) e Galli et al. (2013) defendem que, no âmbito legal da Rede Federal, a extensão é entendida como uma atividade fim e que passou a requerer ações integradoras do currículo que promovam a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, permitindo a organização das aprendizagens conectadas à construção dos saberes. Para tanto, a extensão deve ser concebida como:

[...] uma *práxis* que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais, a qual se revela numa prática que vai além da visão tradicional de formas de acesso como também de participação. (Xavier et al., 2013, p. 15)

A prática pedagógica desenvolvida como extensão possibilita ainda que o educando aprenda o sentido dos conteúdos ensinados e desenvolva mecanismos de construção de conhecimentos novos que poderão ajudar na compreensão e nos processos de transformação da realidade (COVER, 2014). A integração curricular apresenta-se como um dos grandes desafios da educação profissional e tecnológica e a extensão emerge como uma das hipóteses de estruturação da aprendizagem integrada no Ensino Médio.

CONCLUSÃO

Compreendemos que a extensão, como princípio educativo, desenvolvida no âmbito da Rede, é uma prática pedagógica que, assentada nas dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, permite a socialização do conhecimento e se associa à transformação do mundo, na medida em que possibilita a interação dialógica entre educando e sociedade com o objetivo de formar integralmente o cidadão. A aprendizagem desenvolvida por meio de atividades de extensão vincula-se à produção de conhecimentos que se confrontam com a realidade, gerando no educando a capacidade crítica de não aceitação do contexto e construindo o espaço para forjar as mudanças da sociedade. O conhecimento torna-se, assim, um meio pelo qual é possível alcançar a cidadania, sendo a educação formal a mediadora entre ambos.

Nesse sentido, Xavier et al. (2013) defendem que a extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica “consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais”. (XAVIER et al., 2013, p. 13). A superação das desigualdades não significa que a extensão venha a assumir o seu caráter histórico de assistencialismo, especialmente porque a trajetória da educação profissional no Brasil sempre esteve imbricada ao assistencialismo. É preciso pensar na extensão como prática educativa em comunidade que “[...] colabore no aprimoramento da formação do aluno e que contribua decisivamente no manejo do conhecimento por parte da sociedade [...]” (DEMO, 2001, p. 156). Para tanto, a troca de saberes entre comunidade e Institutos deve se dar em uma relação dialógica articulada com a realidade socioeconômica (XAVIER et al., 2013), conforme já discutimos, pois dessa forma podemos consolidar a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, bem como atender aos princípios da formação humana integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 253, p. 1, dez. 2008. Seção 1.

_____. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 7, p.1, jan. 2016. Seção 1.

Cover, I. **Práticas de extensão no ensino médio integrado: construindo possibilidades de emancipação**. Florianópolis: ANPED, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/485-0.pdf> Acesso em: 09 set. 2017.

Demo, P. Lugar da extensão. In D. S. de Faria (Ed.), **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FORPROEX. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília: FORPROEX, 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 06 jul. 2017.

Freire, P. (1996). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e terra.

Freire, P. **Extensão ou comunicação?** (17 ed.). São Paulo: Paz e terra, 2015.

Galli, A. P. et al. Arranjos produtivos, sociais e culturais: políticas de extensão para o desenvolvimento local e regional. In **Extensão tecnológica: rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013.

Miranda, G. L. de, & Nogueira, M. das D. P.. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao/documentos-da-extensao-de-ambito-nacional/politica-nacional-de-extensao-universitaria-forproex-2012/at_download/file> Acesso em: 07 set. 2017

Pacheco, E.. **Institutos Federais uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011.

Silva, M. das G. M.. Extensão universitária no sentido do ensino e da pesquisa. In D. S. de FARIA (Ed.), **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

Sousa, A. L. L.. Concepção de extensão universitária: ainda precisamos de falar sobre isso? In D. S. de Faria (Ed.), **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

Tavares, M. das G. M.. Os múltiplos conceitos de extensão. In D. S. de Faria (Ed.), **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

Xavier A. C. G. et al. Concepções, diretrizes e indicadores da extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT. In **Extensão tecnológica: rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013.